



**BANCO XP S.A.**  
CNPJ 33.264.668/0001-03



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezado leitor, Submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Financeiras do Banco XP S.A. ("Banco XP") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Perfil Corporativo:** O Banco XP foi constituído em 2019 como uma instituição financeira no Brasil. Em outubro de 2019, o Banco Central do Brasil autorizou o Banco XP a operar como um banco múltiplo, tanto com atividades de banco comercial quanto de banco de investimento, bem como para realizar operações no mercado de câmbio. A maior parte dos produtos de empréstimo oferecidos aos seus clientes são totalmente garantidos pelos investimentos dos clientes na plataforma XP. **Política de equidade:** Em linha com as exigências da Lei nº 15.177, que altera a Lei nº 6.404/1976 quanto à divulgação de informações sobre políticas de equidade, o Grupo XP mantém agenda estruturada de Diversidade, Equidade e Inclusão. Em 31 de dezembro de 2025, a composição de pessoas colaboradoras no Grupo XP é de 66% do gênero masculino e 34% do gênero feminino. A organização conta com uma área dedicada ao tema de Diversidade, que atua por meio de grupos de diversidade (Mulheres, Pessoas Negras, LGBTQIAPN+ e PcD), responsáveis por impulsionar ações internas e fortalecer uma cultura inclusiva. Entre os principais programas, destaca-se o Programa Incluir XP voltado à inclusão de Pessoas com Deficiência, por meio de vagas alternativas, banco de talentos e trilhas de capacitação, além do Projeto Jornada Inclusiva, que promove formações específicas para o time de Gente e para lideranças, com foco na construção de um ambiente

preparado para a inclusão. O Grupo XP mantém, ainda, parcerias estratégicas com instituições como o Pacto pela Equidade Racial, Rede REIS e Mover, que possibilitam benefícios aos colaboradores, tais como bolsas para graduação e MBA, curso gratuito de inglês e programas de aceleração de carreira e formação de lideranças. Adicionalmente, a Companhia dispõe de uma Política de Diversidade do Board, que assegura a busca por maior representatividade na composição do Conselho de Administração. **Destaques do período:** (i) **Cisão da subsidiária XP Investimentos S.A.:** Em 1º de Maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo ("zero"), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição. (ii) **Incorporação do Banco Modal:** Em conformidade com a deliberação da AGE realizada em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP S.A. solicitou a incorporação do Banco Modal S.A., por meio da transferência integral de seu patrimônio. Como consequência, a instituição incorporada será extinta, sendo a companhia incorporadora seu sucessor em todos os direitos e obrigações, com o consequente cancelamento da autorização de funcionamento do Banco Modal S.A. A efetivação da incorporação estava condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, cujo processo foi concluído em 1º de setembro de 2025. **Desempenho financeiro:** Os ativos totais alcançaram R\$ 219,5 bilhões ao final de dezembro de 2025, crescimento

de 12,5% em 12 meses, em decorrência da expansão dos produtos e negócios do Banco, impactando, majoritariamente, as posições em ativos financeiros. O Patrimônio líquido totalizou R\$ 11,4 bilhões em dezembro de 2025. **Carteira de Crédito:** O saldo em ativos representativos da carteira de crédito do Banco XP atingiu R\$ 30,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025. Devido ao fato de a maior parte de nossa carteira de crédito ser garantida por ativos cujo valor superam o montante do crédito concedido, minimizam-se as necessidades de capital para crescimento e diminui-se o risco de perdas financeiras nas operações. **Captação:** O montante total de captações atingiu R\$ 78,6 bilhões em dezembro de 2025. **Capital Regulatório:** O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial XP, cuja instituição líder é o Banco XP, atingiu 12,60% em 31 de dezembro de 2025. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações do Banco XP relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		
Ativo	Nota	12/2025	Passivo	Nota	12/2025
<b>Disponibilidades</b>		<b>5.960.379</b>	<b>Passivos financeiros</b>		<b>206.794.446</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>197.369.440</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>19.807.840</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>85.259.484</b>	Instrumentos financeiros derivativos	6	19.529.503
Títulos e valores mobiliários	5	68.478.359	Títulos e valores mobiliários	5	278.337
Instrumentos financeiros derivativos	6	16.781.125	<b>Avaliados ao custo amortizado</b>		<b>186.986.606</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>4.051.077</b>	Depósitos	16	78.604.448
Títulos e valores mobiliários	5	4.051.077	Obrigações por operações compromissadas	4	50.308.984
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>		<b>106.058.879</b>	Instrumentos de financiamento	17	47.617.127
Títulos e valores mobiliários	5	5.529.117	Negociações e intermediação de valores		3.914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	56.775.520	Outros passivos financeiros	11	10.452.133
Operações de crédito	8	30.719.009	<b>Outros passivos</b>		<b>676.926</b>
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	13	15.871.051	Obrigações sociais e estatutárias		116.572
Negociação e intermediação de valores		24.294	Obrigações fiscais e previdenciárias	18	339.275
Outros ativos financeiros		145.888	Fornecedores		145.285
<b>Outros ativos</b>		<b>805.158</b>	Provisões e contingências passivas	19	49.620
Fretas a receber		97.183	Outros passivos		26.174
Impostos e contribuições a compensar		308.217	<b>Passivo fiscal diferido</b>		<b>20</b>
Despesas antecipadas		24.838	<b>Total do Passivo</b>		<b>208.096.378</b>
Direito de uso	12	206.193	<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>21</b>
Outros ativos	10	168.727	Capital social		10.111.407
<b>Ativo fiscal diferido</b>		<b>20</b>	Reservas de capital		807.526
<b>Investimentos em coligadas e controladas</b>		<b>2.036.252</b>	Reservas de lucros		765.436
<b>Imobilizado</b>		<b>12.910</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		(262.949)
<b>Ágio e ativos intangíveis</b>		<b>15</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>219.517.798</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>219.517.798</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social	Reserva de lucros		Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Reserva Legal				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.111.407</b>	<b>133.450</b>	<b>61.466</b>	<b>1.294.327</b>	<b>(817.803)</b>	<b>-</b>	<b>10.782.847</b>
<b>Implementação Res. CMN 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21</b>	-	-	-	-	548.804	-	548.804
Ajustes próprios na instituição (Nota 2.2)	-	-	-	(16.515)	-	-	(16.515)
<b>Saldo de abertura em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>133.450</b>	<b>61.466</b>	<b>1.277.812</b>	<b>(268.999)</b>	<b>-</b>	<b>11.315.136</b>
Outorga de plano de pagamento baseado em ações	-	674.076	-	(932.639)	-	-	(258.563)
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	19.004	-	19.004
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)	-	-	-	(406)	(12.954)	-	(13.360)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	859.204	859.204
Destinação do lucro	-	-	42.960	816.243	-	(859.204)	(1)
Dividendos	-	-	-	(500.000)	-	-	(500.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>807.526</b>	<b>104.426</b>	<b>661.010</b>	<b>(262.949)</b>	<b>-</b>	<b>11.421.420</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>373.082</b>	<b>61.466</b>	<b>1.277.812</b>	<b>(183.258)</b>	<b>223.053</b>	<b>11.863.562</b>
Outorga de plano de pagamento baseado em ações	-	434.444	-	(932.639)	-	-	(498.195)
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(113.883)	-	(113.883)
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)	-	-	-	(407)	34.192	-	33.785
Lucro líquido	-	-	-	-	-	636.151	636.151
Destinação do lucro	-	-	42.960	816.244	-	(859.204)	-
Dividendos	-	-	-	(500.000)	-	-	(500.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>807.526</b>	<b>104.426</b>	<b>661.010</b>	<b>(262.949)</b>	<b>-</b>	<b>11.421.420</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	2º Sem. 2025	2025
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>636.151</b>	<b>859.204</b>
<b>Varições no resultado abrangente</b>	<b>(79.691)</b>	<b>6.050</b>
Varição de valor justo de ativos financeiros	-	-
VJORA próprios	64.179	235.818
Efeito fiscal sobre a variação de valor justo de ativos financeiros VJORA próprios	-	4.617 (106.118)
Varição de valor justo de ativos financeiros VJORA de coligadas e controladas	-	(182.679) (110.696)
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)	-	34.192 (12.954)
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>556.460</b>	<b>865.254</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	2º Sem. 2025	2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido	636.151	859.204
Ativo fiscal diferido	(441.611)	(696.396)
Resultado com participação em controlada (Nota 14)	(719.447)	(1.086.950)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 9)	136.301	297.206
Depreciações e amortizações	119.589	233.238
Outorga de planos de pagamento baseado em ações	(498.195)	(258.563)
Provisão para contingências	374	2.905
Provisão de juros	61.331	131.378
Varição cambial	22.383	(153.240)
Baixa investimentos	(158)	(321)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>(683.282)</b>	<b>(671.539)</b>
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>987.325</b>	<b>(4.227.592)</b>
Operações compromissadas	2.986.132	(331.634)
Títulos e valores mobiliários	(17.667.910)	(28.211.924)
Instrumentos financeiros derivativos	810.580	(1.599.183)
Operações de crédito	(2.360.340)	(3.328.121)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.308.080)	(4.435.465)
Outros ativos e passivos financeiros	-	(316.736)
Impostos e contribuições a compensar	-	-
Direito de uso de arrendamento	15.733	209.193
Despesas antecipadas	(170)	750
Outros ativos e passivos	4.566.197	1.231.856
Depósitos	16.091.465	22.494.502
Instrumentos de financiamento	(331.094)	10.201.662
Obrigações fiscais e previdenciárias	184.812	273.464
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(54.206)</b>	<b>(167.501)</b>
Contingências pagas	(11.176)	(12.828)
Impostos pagos	(43.030)	(154.673)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>249.837</b>	<b>(5.066.062)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de investimento	-	-
Aquisições de intangível	(18.887)	(37.145)
Distribuição de dividendos (Nota 14)	970.000	970.000
<b>Caixa líquido utilizado das atividades de investimento</b>	<b>951.113</b>	<b>932.855</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aquisição de empréstimos	-	2.736.009
Pagamento de empréstimos	(2.518.322)	(4.215.332)
Pagamento de leasing (Nota 12)	(33.323)	(33.323)
Dividendos pagos	(500.000)	(500.000)
Juros pagos	(30.548)	(142.479)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(3.082.193)</b>	<b>(2.155.525)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.881.243)</b>	<b>(6.288.732)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.571.005	23.978.494
Incorporação Banco Modal	7.727	7.727
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.697.489	17.697.489
<b>Disponibilidades</b>	<b>5.960.379</b>	<b>5.960.379</b>
<b>Aplicações em operações compromissadas (Nota 4)</b>	<b>6.897.110</b>	<b>6.897.110</b>
<b>Depósitos voluntários</b>	<b>4.840.000</b>	<b>4.840.000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. Contexto operacional:** O Banco XP S.A. ("Banco XP", "Banco", "Instituição" ou "Companhia"), é uma instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 708, Leblon, Rio de Janeiro. O Banco XP atua na atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, que são as operações ativas, passivas e acessórias inerentes às características de banco comercial, de investimento e câmbio. O Banco XP é controlado pela XP Finance Holding S.A., uma holding controlada diretamente pela XP Inc. e indiretamente pela XP Control LLC, que detém 71,34% dos direitos de voto sobre a XP Inc. e cujo controle final é de um grupo de indivíduos. (i) **Cisão da subsidiária XP Investimentos S.A.:** Em 1º de maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo ("zero"), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição. (ii) **Incorporação do Banco Modal:** Em conformidade com a deliberação da AGE realizada em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP S.A. solicitou a incorporação do Banco Modal S.A., por meio da transferência integral de seu patrimônio. Como consequência, a instituição incorporada foi extinta, sendo a companhia incorporadora seu sucessor em todos os direitos e obrigações, com o consequente cancelamento da autorização de funcionamento do Banco Modal S.A. A efetivação da incorporação estava condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, cujo processo foi concluído em 1º de setembro de 2025. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** (i) **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco XP, que são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB), adinvidas das normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) rejeitados em uma das reuniões do CMN e da legislação societária brasileira. A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, por exemplo, o crédito tributário e a mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos sem mercado ativo ou liquidez. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco XP revisa as estimativas e premissas adotadas periodicamente. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2026. (ii) **Adoção de novas normas:** (i) **Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 (e normas relacionadas, posteriores):** Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e substitui, dentre outras normas, a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082. A Resolução foi adotada de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. O novo normativo tem como principais tópicos: a) **Perdas associadas ao risco de crédito:** A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece critérios relativos à provisão para perdas de crédito, aplicáveis a todos os ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas é dividida em três estágios e deve ser implementada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros poderão migrar entre os estágios conforme o aumento ou diminuição de seu risco de crédito. O novo modelo de perdas esperadas é aplicável aos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), exceto para investimentos em instrumentos patrimoniais. A norma prevê duas metodologias, a depender do enquadramento do Banco (SI a SS): completa ou simplificada. O Banco XP adota o modelo completo. Modelos de Perdas Esperadas - metodologia completa: A nova metodologia requer o reconhecimento de provisões para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura. A Instituição deve avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito e a expectativa de recuperação do instrumento financeiro. O Banco deve alocar os instrumentos financeiros nos seguintes estágios: Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial; Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de

crédito; e Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito. Em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 para constituição de provisão para perdas de crédito, o patrimônio líquido do Banco XP foi reduzido em R\$ 15.195, após os efeitos tributários. b) **Instrumentos financeiros para proteção (hedge accounting):** A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e as relações de proteção são classificadas, de acordo com a sua natureza, em: (i) hedge de valor justo, (ii) hedge de fluxo de caixa ou (iii) hedge de investimento líquido no exterior. c) **Classificação de Ativos e Passivos Financeiros:** A classificação dos ativos financeiros será determinada tanto pelo modelo de negócios para sua gestão quanto pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar se estes atendem ao critério de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPJJ). Com base nesses critérios, o ativo financeiro poderá ser classificado: (i) Na categoria custo amortizado, devem ser incluídos os ativos financeiros que cumulativamente atendam às seguintes condições: 1. O ativo é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e 2. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem apenas em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em datas especificadas. (ii) Na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, devem ser alocados os ativos financeiros que cumpram as seguintes condições cumulativas: 1. O ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial do risco e benefícios; e 2. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem apenas em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em datas especificadas. (iii) Na categoria valor justo no resultado, devem ser classificados os demais ativos financeiros. (iv) **Resolução CMN nº 4.975/21:** Estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A resolução determina a conformidade com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil. Em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.975/21 para a contabilização de operações de arrendamento mercantil, o patrimônio líquido do Banco XP foi reduzido em R\$ 1.320, após os efeitos tributários. (v) **Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais:** Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da empresa. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos. (i) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada). (ii) **Ativos e Passivos Financeiros:** a) **Classificação de Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias: • **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações. • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. • **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. b) **Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros: Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:** Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. **Perda de Crédito Esperada:** Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia (valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito. (iii) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são



**BANCO XP S.A.**  
CNPJ 33.264.668/0001-03

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

por meio do resultado se o teste de fluxo de caixa contratual ("teste SPPJ") falhar ou se, de acordo com o modelo de negócios da Companhia, o ativo for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. Derivativos, incluindo derivativos embutidos separáveis, também são classificados a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não atendem aos critérios do SPPJ são classificados e mensurados como VJR, independentemente do modelo de negócios. Os ativos financeiros na categoria VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Um derivativo embutido em um contrato híbrido, com um passivo financeiro ou componente principal não derivativo, é separado do componente principal e contabilizado como um derivativo separado se: as características econômicas e os riscos não estiverem estritamente relacionados ao contrato principal; o instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido atender à definição de derivativo; e o contrato híbrido não for mensurado integralmente ao VJR. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado. A reavaliação só ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria VJR. Um derivativo incorporado em um contrato híbrido contendo um componente principal ativo não derivativo não é contabilizado separadamente. O contrato principal juntamente com o derivativo embutido deve ser classificado em sua totalidade como um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** A Companhia avalia os ativos financeiros a VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ. Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no valor justo são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para lucros ou perdas (demonstração do resultado). Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*. A Companhia não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria. **iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável ("teste de *impairment*"). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A Companhia reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (isto é, retirado da posição patrimonial) quando: • Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere os seus direitos contratuais para receber os fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em sua justa avaliação, com reflexos nos direitos e obrigações que a Companhia reteve. O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a Companhia poderia ser obrigado a pagar. **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCEs") para todos os ativos financeiros não classificados em VJR. As PCEs são reconhecidas em duas etapas. Para ativos financeiros os quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCEs são provisionadas para perdas de crédito resultantes da probabilidade do instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) nos próximos 12 meses (uma PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCEs são provisionadas para perdas de crédito esperadas em um período de 12 meses ("VJR") ou ao custo amortizado. Todo o prazo esperado do instrumento financeiro. Estágio 3: Caracterização como ativo problemático. A Companhia considera um instrumento financeiro problemático quando há atraso superior a 90 dias no pagamento ou evidências claras de que a obrigação não será cumprida integralmente nas condições pactuadas, incluindo situações como: dificuldades financeiras da contraparte; reestruturação da dívida; decretação de falecimento, pedidos de recuperação judicial ou atos similares; medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas; necessidade de recorrer a colaterais; outras condições que comprometam a honra do compromisso. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2) Passivo financeiro: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR") ou ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso dos passivos classificados ao custo amortizado, são deduzidos os custos diretamente atribuíveis à transação. **Classificação e mensuração subsequente:** **i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR"):** Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR. Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos na Res. CMN 4.966/21 forem atendidos. Os empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos são classificados como VJR e reconhecidos pelo valor justo. **ii. Passivos financeiros designados para serem mensurados ao valor justo através do resultado: Classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros podem ser irrevogavelmente designados como mensurados ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria da mensuração de ativos ou passivos, ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles, em bases diferentes, ou se um grupo de instrumentos financeiros for administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. O valor da mudança no valor justo dos passivos financeiros designados em VJR que é atribuível às mudanças no risco de crédito desse passivo deve ser apresentado em outros resultados abrangentes. **iii. Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como em função dos juros incorridos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da taxa efetiva de juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3) Mensuração de instrumentos financeiros a valor justo:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no encerramento das atividades na data do relatório, sem dedução de custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes no mercado (em condições de mercado); referência ao valor justo atual de outro instrumento semelhante; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração. **4) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedging:** Instrumentos financeiros derivativos são contratos financeiros, cujo valor é derivado do valor dos ativos subjacentes, taxas de juros, índices ou taxas de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente mensurados ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivativo é designado como um instrumento de cobertura (*hedge*) e, se sim, da natureza do item que está sendo protegido. As relações de *hedging* podem ser classificadas em: • *hedges* do valor justo em que o passivo reconhecido ou o compromisso firm (*hedges* de valor justo); • *hedges* de fluxo de caixa líquido em uma operação estrangeira (*hedges* de investimento líquido no exterior); ou • *hedges* das variações em fluxos de caixa futuros atrelados a determinadas operações (*hedges* de fluxo de caixa). No início da relação de *hedging*, o grupo documenta a relação econômica entre instrumentos de *hedging* e itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedging* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos. O grupo documenta seu objetivo de gestão de riscos e estratégia para a realização de suas transações de *hedging*. Se o *hedging* não atender mais aos critérios de contabilidade de *hedging*, o ajuste ao valor contábil de um objeto de *hedging*, para o qual o método dos juros efetivos é usado, é amortizado no resultado durante o período restante até o vencimento do objeto, utilizando uma taxa de juros efetiva recalculada. **Efetividade do *hedging*:** A efetividade do *hedging* é determinada no relatório e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depressão é calculada para garantir que exista um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedging*. Para avaliar a efetividade e medir a inefetividade de tais estratégias, a Instituição utiliza o método de compensação do diâmetro (*dollar offset method*). O método de compensação do dólar é um método quantitativo que consiste em comparar a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedging* com a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuível ao risco coberto. **(d) Investimentos:** Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente pelo método da equivalência patrimonial. **(e) Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado. **(f) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil estimada dos bens. **(g) Outros ativos:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(h) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. **(i) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%. **(j) Plano de incentivo baseado em ações:** O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019. O Grupo lançou dois planos baseados em ações: *Restricted Share Units* ("RSU") e *Performance Share Units* ("PSU"). Os planos de incentivo baseado em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc. aos participantes definidos. O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte: • quaisquer condições de performance do mercado; • o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam a performance do mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo específico) e • o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição específicas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente ao patrimônio líquido. **(k) Despesas de *cashback* e programa de pontos:** Referem-se ao *cashback* e ao programa de pontos oferecidos aos clientes do Banco XP que utilizaram o cartão nas funções crédito e/ou débito. O valor do *cashback* corresponde a um percentual do total gasto pelo cliente, enquanto a pontuação é calculada com base em uma quantidade de pontos por dólar gasto, variando conforme o tipo de transação e/ou o estabelecimento onde a compra foi realizada. Os montantes de *cashback* concedidos são aplicados em nome dos clientes em um fundo de investimento de baixo risco exclusivo para esta finalidade. Os saldos contabilizados de *cashback* e pontos são registrados na linha de custos operacionais na Demonstração de Resultado. **(l) Resultado recorrente e não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente aquele que: l - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados, segundo julgamento da administração, como não recorrentes serão evidenciados em notas explicativas em caso de ocorrência.

**4. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas**

Aplicações interfinanceiras de liquidez				12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>				
Titulos públicos federais	5.387.114	4.488.442	2.772.428	12.657.984
Debêntures	1.499.996	-	-	1.499.996
<b>Operações compromissadas - Posição financiada</b>				
Titulos públicos federais	302.886	29.577.712	11.752.947	41.633.545
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>519.952</b>	<b>381.154</b>	<b>83.061</b>	<b>984.167</b>
<b>Provisão para perda de crédito esperada</b>	<b>(172)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(172)</b>
<b>Total</b>	<b>7.719.776</b>	<b>34.447.308</b>	<b>14.608.436</b>	<b>56.775.520</b>

As aplicações em operações compromissadas foram praticadas a uma taxa média de 14,94% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 6.897.110 está sendo apresentado como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlacionadas, foi demonstrada na Nota 9.

**Obrigações por operações compromissadas**

Obrigações por operações compromissadas				12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Carteira própria</b>				
Titulos públicos federais	-	-	994.630	994.630
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	564.018	-	-	564.018
Debêntures	853.592	1.751.333	-	2.604.925
Titulos emitidos no exterior	3.692.857	1.946.431	-	5.639.288
<b>Carteira de terceiros</b>				
Titulos públicos federais	26.679.215	12.667.994	1.158.914	40.506.123
<b>Total</b>	<b>31.789.682</b>	<b>16.365.758</b>	<b>2.153.544</b>	<b>50.308.984</b>

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas a uma taxa média de juros de 14,97% a.a.

**Resultado com operações compromissadas**

	2º Sem. 2025	2025
Notas do tesouro nacional	3.491.171	6.307.954
Letras do tesouro nacional	277.549	465.486
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.430	450.373
Debêntures	51.082	213.418
Certificado de recebíveis imobiliários	4.171	116.982
Letras financeiras do tesouro	58.409	108.983
Certificado de recebíveis do agronegócio	3.689	18.574
<b>Total</b>	<b>4.019.501</b>	<b>7.680.650</b>

**5. Títulos e valores mobiliários**

Títulos e valores mobiliários						12/2025
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Custo

<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Titulos públicos federais	-	69.845	68.839	1.098.653	1.237.337	1.228.143
Valores de fundos de investimento	49.206.885	-	-	-	49.206.885	49.206.885
Debêntures	-	88	12.779	4.375.584	4.388.451	4.471.122
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	524	67.662	2.118.744	2.186.930	2.253.144
Titulos privados no exterior	-	-	-	8.003.356	8.003.356	8.262.068
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	79.104	79.104	80.021
Ações de companhias abertas	279.226	-	-	-	279.226	279.226
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	214	14	3.092.095	3.092.233	3.127.033
Outros	-	-	-	4.747	4.747	4.773
<b>Total valor justo por meio do resultado</b>	<b>49.486.111</b>	<b>70.671</b>	<b>149.294</b>	<b>18.772.283</b>	<b>68.478.359</b>	<b>68.912.414</b>

**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Titulos públicos federais	-	-	391.740	1.737.552	2.129.292	2.282.567
Titulos soberanos no exterior	-	1.921.785	-	-	1.921.785	1.921.513
<b>Total valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>1.921.785</b>	<b>391.740</b>	<b>1.737.552</b>	<b>4.051.077</b>	<b>4.204.080</b>

**Custo amortizado (i)**

Cédula de Produto Rural	-	35.413	6.154	432.553	474.120	476.312
Notas comerciais	-	375.167	246.675	3.427.155	4.048.997	4.077.192
<b>Total custo amortizado</b>	<b>-</b>	<b>410.580</b>	<b>252.829</b>	<b>3.859.708</b>	<b>4.523.117</b>	<b>4.553.504</b>

**Total** 49.486.111 70.671 149.294 18.772.283 68.478.359 68.912.414

(i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em títulos e valores mobiliários segregada por estágio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, foi demonstrada na Nota 9. A política contábil sobre mensuração do valor justo dos ativos está apresentada na nota 3.c.3.

**Resultado com títulos e valores mobiliários**

	2º Sem. 2025	12/2025
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	-
Titulos de renda fixa e variável	1.695.330	2.031.425
Fundos de investimentos	3.461.258	4.591.250
<b>Total</b>	<b>5.156.588</b>	<b>6.622.675</b>

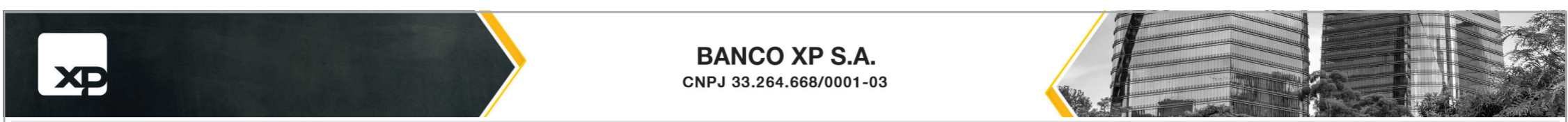
**6. Instrumentos financeiros derivativos:**

Instrumentos financeiros derivativos:						12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência	12/2025

<b>Posição Ativa</b>						
<b>Contratos de Opções</b>	<b>49.530</b>	<b>332.077</b>	<b>495.542</b>	<b>877.149</b>	<b>7.144.888</b>	
Moeda estrangeira	16.499	6.042	36.521	59.062	950.320	
Juros	25.157	9.291	72.229	106.677	3.538.335	
Ações	7.874	316.744	386.792	711.410	2.656.233	
<b>Contratos de Swap</b>	<b>451.334</b>	<b>2.469.781</b>	<b>12.523.416</b>	<b>15.444.531</b>	<b>122.848.375</b>	
Commodities	95.063	174.142	77.942	347.147	2.282.552	
Moeda estrangeira	37.510	12.658	911.737	961.905	8.804.116	
Juros	120.063	100.555	4.482.787	4.703.405	89.974.306	
Ações	198.698	2.182.426	7.050.950	9.432.074	27.787.401	
<b>Contratos a Termo</b>	<b>209.005</b>	<b>11.343</b>	<b>212.590</b>	<b>432.938</b>	<b>2.746.069</b>	
Moeda estrangeira	209.005	11.343	212.590	432.938	2.746.069	
<b>Contratos Futuros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.699.331</b>	
Moeda estrangeira	-	-	-	-	1.699.331	
<b>Outros</b>	<b>8.862</b>	<b>17.645</b>	<b>-</b>	<b>26.507</b>	<b>26.507</b>	
Moeda estrangeira	8.862	17.645	-	26.507	26.507	
<b>Total</b>	<b>718.731</b>	<b>2.830.846</b>	<b>13.231.548</b>	<b>16.781.125</b>	<b>134.465.170</b>	

Instrumentos financeiros derivativos:						12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência	12/2025

<b>Posição Passiva</b>						
<b>Contratos de Opções</b>	<b>223.606</b>	<b>2.673.196</b>	<b>17.316.918</b>	<b>10.033.720</b>	<b>24.786.493</b>	
Moeda estrangeira	93.623	184.740	146.872	425.235	2.032.658	
Juros	52.516	41.386	87.717	181.619	3.064.837	
Ações	77.467	2.447.070	6.902.329	9.426.866	19.688.998	
<b>Contratos de Swap</b>	<b>422.992</b>	<b>973.269</b>	<b>7.379.446</b>	<b>8.775.707</b>	<b>118.154.687</b>	
Commodities	3.325	12.354	15.679	43.220		
Moeda estrangeira	35.006	11.509	790.959	837.474	7.939.125	
Juros	383.975	6.491.129	6.491.129	7.816.013	109.330.987	
Ações	686	20.851	85.004	106.541	864.345	
<b>Contratos a Termo</b>	<b>192.689</b>	<b>36.914</b>	<b>477.264</b>	<b>706.867</b>	<b>4.891.153</b>	
Moeda estrangeira	192.689	36.914	477.264			



**BANCO XP S.A.**  
CNPJ 33.264.668/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. Operações de crédito: a. Modalidade: Empréstimos com garantias financeiras (a)

	12/2025	12/2025						
	24.052.587	01 de janeiro de 2025	Consti-tuição/ Reversão	Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	31 de dezembro de 2025
Pessoa física	12.022.152							
Pessoa jurídica	4.549.379							
Cartão de crédito	7.481.056							
<b>Empréstimos sem garantias financeiras</b>	<b>7.071.278</b>							
Pessoa física	265.155							
Pessoa jurídica	4.890.467							
Cartão de crédito	1.915.656							
<b>Total</b>	<b>31.123.865</b>							
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (b)	(404.856)							
<b>Total</b>	<b>30.719.009</b>							

a) Empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP CCTVM"). b) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada das operações de crédito segregadas por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlacionadas, foi demonstrada na Nota 9. c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram baixados para prejuízo créditos no valor de R\$ 214.434 e renegociados no montante de R\$ 1.360.606.

	12/2025	12/2025						
	322.363	01 de janeiro de 2025	Consti-tuição/ Reversão	Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	31 de dezembro de 2025
Vencidos há 1 dia ou mais	8.107.501							
A vencer em até 3 meses	7.945.802							
A vencer entre 3 e 12 meses	14.748.199							
A vencer após 12 meses	31.123.865							
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>12.202.519</b>							

c. Maiores devedores: Maior devedor 2.772.619, 10 maiores devedores 5.547.930, 20 maiores devedores 6.731.093, 50 maiores devedores 8.367.180, 100 maiores devedores 9.435.809

	2º Semestre 12/2025	2º Semestre 12/2025						
	178.302	01 de janeiro de 2025	Consti-tuição/ Reversão	Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	31 de dezembro de 2025
Rendas com cartão de crédito	355.288							
Empréstimos e outros	1.487.660							
<b>Total</b>	<b>1.665.962</b>							

9. Perda de crédito esperada em ativos financeiros e reconciliação do valor contábil bruto: a) Reconciliação do valor contábil bruto dos ativos financeiros: Segue apresentada a seguir a reconciliação por estágios do valor contábil bruto dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - que têm suas PCEs (perdas esperadas de crédito) mensuradas no modelo de três estágios e de acordo com a abordagem simplificada.

	01 de janeiro de 2025	Aquisição/ Liquidação	Transferências				31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	
<b>Estágio 1</b>							
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	4.799.027	(747.950)	-	-	-	-	4.051.077
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>							
Títulos e valores mobiliários	2.402.485	2.151.019	-	-	-	-	4.553.504
Aplicação interfinanceira de liquidez	54.854.489	1.921.203	-	-	-	-	56.775.692
Operações de crédito	25.877.962	3.651.620	(1.405.420)	(521.566)	913.041	25.989	28.541.626
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>87.933.963</b>	<b>6.975.892</b>	<b>(1.405.420)</b>	<b>(521.566)</b>	<b>913.041</b>	<b>25.989</b>	<b>93.921.899</b>
Exposições fora do balanço (i)	7.473.577	272.711	(401.998)	(12.246)	179.661	226	7.511.931
<b>Total de exposições</b>	<b>95.407.540</b>	<b>7.248.603</b>	<b>(1.807.418)</b>	<b>(533.812)</b>	<b>1.092.702</b>	<b>26.215</b>	<b>101.433.830</b>

	01 de janeiro de 2025	Aquisição/ Liquidação	Transferências				31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	
<b>Estágio 2</b>							
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	1.631.664	(204.511)	(913.041)	(46.634)	1.405.420	11.762	1.884.660
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>1.631.664</b>	<b>(204.511)</b>	<b>(913.041)</b>	<b>(46.634)</b>	<b>1.405.420</b>	<b>11.762</b>	<b>1.884.660</b>
Exposições fora do balanço (i)	394.416	(121.982)	(179.661)	(75)	401.998	189	494.885
<b>Total de exposições</b>	<b>2.026.080</b>	<b>(326.493)</b>	<b>(1.092.702)</b>	<b>(46.709)</b>	<b>1.807.418</b>	<b>11.951</b>	<b>2.379.545</b>

	01 de janeiro de 2025	Aquisição/ Liquidação	Transferências				31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	
<b>Estágio 3</b>							
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	539.798	(158.234)	(25.989)	(11.762)	521.566	46.634	(214.434)
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>539.798</b>	<b>(158.234)</b>	<b>(25.989)</b>	<b>(11.762)</b>	<b>521.566</b>	<b>46.634</b>	<b>(214.434)</b>
Exposições fora do balanço (i)	5.558	(7.764)	(226)	(189)	12.246	75	-
<b>Total de exposições</b>	<b>545.356</b>	<b>(165.998)</b>	<b>(26.215)</b>	<b>(11.951)</b>	<b>533.812</b>	<b>46.709</b>	<b>(214.434)</b>

Estágios consolidados: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes 4.799.027 (747.950) - 4.051.077

	01 de janeiro de 2025	Aquisição/ Liquidação	Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3	31 de dezembro de 2025
Títulos e valores mobiliários	2.402.485	2.151.019	-	-	-	-	4.553.504
Aplicação interfinanceira de liquidez	54.854.489	1.921.203	-	-	-	-	56.775.692
Operações de crédito	28.049.424	3.288.875	(214.434)	-	-	-	31.123.865
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>90.105.425</b>	<b>6.613.147</b>	<b>(214.434)</b>				<b>96.504.138</b>
Exposições fora do balanço (i)	7.873.551	142.965	-	-	-	-	8.016.516
<b>Total de exposições</b>	<b>97.978.976</b>	<b>6.756.112</b>	<b>(214.434)</b>				<b>104.520.654</b>

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que têm suas PCEs mensuradas usando a abordagem simplificada:

Natureza	01 de janeiro de 2025	Compra/ Liquidação	31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Negociação e intermediação de valores	-	24.294	24.294
Contas a receber	-	97.282	97.282
Outros ativos financeiros	-	201.228	201.228
<b>Total</b>	-	<b>322.804</b>	<b>322.804</b>

b) Perda de crédito esperada: A tabela a seguir apresenta a evolução das PCEs, mensuradas no modelo de

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Implementação de 4.966 (ii)	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/Aumento de capital (iv)	Resultado de Ágio - Expectativa de rentabilidade futura	Outros resultados abrangentes	Incorporação Banco Modal (iv)	Outros efeitos patrimoniais (iii)	Dividendos	31/12/2025
Antecipa S.A.	734	-	734	321	(761)	(227)	-	-	-	67
Banco Modal S.A.	2.060.636	(39.525)	2.021.111	-	56.209	(75)	(1.978.529)	1.116	-	67
XP CCTVM S.A.	7.284.062	588.329	7.872.391	-	145.337	72.652	-	(195.752)	(500.000)	7.394.628
XP Investimentos S.A.	2.491.931	-	2.491.931	-	840.546	(183.702)	-	(52.939)	(470.000)	2.625.836
XP Controle 5 Ltda. (nota 1.i)	-	-	-	1.311.502	16.067	-	-	8.227	-	1.335.796
Gálapos Consultoria S.A.	-	-	-	-	7.758	-	11.015	-	-	18.773
Modal Assessoria Financeira S.A.	-	-	-	-	89	-	1.844	-	-	1.933
Modal DTVM Ltda.	-	-	-	-	21.705	-	656	551.759	-	574.120
<b>Total</b>	<b>11.837.363</b>	<b>548.804</b>	<b>12.386.167</b>	<b>1.311.823</b>	<b>1.086.950</b>	<b>(62.037)</b>	<b>(37.795)</b>	<b>(110.696)</b>	<b>(1.413.911)</b>	<b>11.951.153</b>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui um montante de R\$ 37.795 relativo à amortização de ativos identificáveis associados à aquisição do Banco Modal S.A. (ii) Refere-se à implementação da Resolução CMN nº 4.966, conforme descrito na nota 2.2. (iii) Principalmente associado ao plano de pagamento baseado em ações em investidas (Nota 3.j). (iv) Em 1º de setembro de 2025, o Banco Central aprovou a incorporação dos ativos e passivos do Banco Modal no Banco XP. Como resultado, o Banco Modal foi encerrado, e suas investidas passaram a ser detidas diretamente pelo Banco XP (Nota 1.ii). Do montante de R\$ 1.978.529, R\$ 645.799 referem-se à parcela reconhecida no balanço do Banco XP S.A. por ocasião da incorporação, e R\$ 1.332.730 correspondem ao ágio da aquisição do Banco Modal S.A., reclassificado para o ativo intangível (Nota 15). (v) Aportes de capital na controlada XP Controle 5 Participações S.A., no montante total aprovado de R\$ 197.000, nas datas 14 de julho de 2025 (R\$ 140.000) e 19 de dezembro de 2025 (R\$ 57.000), dos quais R\$ 175.000 foram integralizados em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2025 e R\$ 22.000 integralizados em 09 de janeiro de 2026.

	% Participação Societária	Resultado	Patrimônio Líquido em 31/12/2025
Antecipa S.A.	25%	(761)	67
Banco Modal S.A.	-%	56.209	-
XP CCTVM S.A.	100%	145.337	7.394.628
XP Investimentos S.A.	100%	840.546	2.625.836
XP Controle 5 Participações Ltda.	100%	16.067	1.335.796
Gálapos Consultoria S.A.	100%	7.758	18.773
Modal Assessoria Financeira S.A.	100%	89	1.933
Modal DTVM Ltda.	100%	21.705	574.120
<b>Total</b>		<b>1.086.950</b>	<b>11.951.153</b>

15. Ágio e ativos intangíveis: Saldo em 1 de janeiro de 2025 57.097

	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ágio Modal (Nota 14)	1.332.730
Incorporação Banco Modal	27.330
Adições	37.145
Amortizações	(74.796)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.382.506</b>
Custo	1.882.316
Amortização	(499.810)

16. Depósitos: Sem vencimento 1.546.322, Até 3 meses - 21.228.803, De 3 a 12 meses 39.426.001, Acima de 12 meses 15.334.731

	12/2025	12/2025		
	1.546.322	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Depósitos à vista	1.546.322	-	-	-
Depósitos a prazo	-	21.228.803	39.426.001	15.334.731
Depósitos interfinanceiros	-	554.170	389.784	124.637
<b>Total</b>	<b>1.546.322</b>	<b>21.782.973</b>	<b>39.815.785</b>	<b>15.459.368</b>

17. Instrumentos de financiamento: Até 3 meses 508.405, De 3 a 12 meses 7.500.384, Acima de 12 meses 16.229.067

	12/2025	12/2025		
	508.405	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Certificados de Operações Estruturadas	508.405	7.500.384	16.229.067	24.237.856
Letras de Crédito Imobiliário	-	922.627	219.186	1.141.813
Letras de Crédito do Agronegócio	-	551.823	132.093	683.918
Emissão de títulos no exterior	-	-	5.621.632	5.621.632
Letras financeiras	385.146	4.700.440	10.846.324	15.931.910
<b>Total</b>	<b>893.551</b>	<b>13.675.274</b>	<b>33.048.302</b>	<b>47.617.127</b>

18. Obrigações fiscais e previdenciárias: 12/2025 274.253

	12/2025	12/2025		
	274.253	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Imposto de Renda (IRPJ e CSLL)	274.253	-	-	-
Contribuições sobre receita (PIS e COFINS)	27.832	-	-	-
Contribuições para a Previdência Social (INSS)	1.711	-	-	-
Impostos sobre o plano de incentivos	11.594	-	-	-
Impostos sobre serviços (ISS)	7.531	-	-	-
Outros impostos	16.351	-	-	-
<b>Total</b>	<b>339.275</b>			

três estágios, para ativos classificados como ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, segregados por estágios:

Estágio 1: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes 3.248 (3.136) - - - - 112

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Títulos e valores mobiliários 4.910 25.477 - - - - 30.387

Total da exposição no balanço 31.142 29.299 (2.412) (31.807) 33.404 323 - 59.949

Estágio 2: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado 31.142 29.299 (2.412) (31.807) 33.404 323 - 59.949

Total da exposição no balanço 31.142 29.299 (2.412) (31.807) 33.404 323 - 59.949

Estágio 3: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado 241.123 (23.941) (190) (323) 201.111 31.807 (214.434) 235.153

Total da exposição no balanço 241.123 (23.941) (190) (323) 201.111 31.807 (214.434) 235.153

Estágios consolidados: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes 3.248 (3.136) - - - - 112

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado 4.910 25.477 - - - - 30.387

Total da exposição no balanço 31.142 29.299 (2.412) (31.807) 33.404 323 - 59.949

Estágios consolidados: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes 3.248 (3.136) - - - - 112

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado 4.910 25.477 - - - - 30.387



→ continuação

Passivo	Saldo em 01/01/2025		Balanceamento (Realização) 31/12/2025	
	<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos				
Financeiros derivativos (16.086.474)	15.989.367	(524.263)	(621.370)	
Outras provisões		(3.636)	(3.636)	
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(16.086.474)</b>	<b>15.989.367</b>	<b>(527.899)</b>	<b>(625.006)</b>
<b>c. Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos</b>				
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Outros</b>	<b>Impostos diferidos</b>
Até 1 ano	103.876	83.101	589	187.556
De 1 a 2 anos	87.134	69.707	(3.370)	153.471
De 2 a 3 anos	99.445	79.558	10.784	189.787
De 2 a 3 anos	104.457	83.565	5.680	193.702
Acima de 4 anos	364.811	291.849	30.060	686.720
<b>Total</b>	<b>759.723</b>	<b>607.780</b>	<b>43.743</b>	<b>1.411.246</b>

O valor presente total de créditos tributários constituído, líquido do passivo fiscal diferido, é de R\$ 853.578, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias apresentadas no quadro anterior. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem premissas macroeconômicas e de juros representando adequadamente a expectativa de retorno da Administração. **d. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social**

**Resultado antes da tributação sobre o lucro** 431.401  
 (+) adições permanentes 317.683  
 (-) exclusões permanentes (1.593.060)  
**(=) Lucro real | resultado ajustado** (843.976)  
**IRPJ (25%) | CSLL (20%) corrente e diferido** 379.789  
 (-) Outros efeitos 46.014  
**Despesa de IRPJ | CSLL** (268.593)  
 Corrente 696.396  
 Diferido 427.803

**21. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.111.407, dividido em 7.943.854.552 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **(b) Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir 20% do capital social conforme previsto na legislação societária. **(c) Reserva estatutária:** A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social. **(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas. Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, a Diretoria poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Instituição conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 18 de dezembro de 2025 foi deliberada a aprovação e pagamento de dividendos intermediários aos acionistas no montante total de R\$ 500.000. Em 31 de dezembro de 2025, consultado o acionista controlador, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos adicionais.

**22. Despesas em operações de captação no mercado:**

	2º Sem. 2025	2025
Certificados de operações estruturadas	3.224.818	5.575.021
Depósito a prazo	4.390.286	7.828.930
Letras financeiras	1.230.265	2.235.313
Obrigações por operações compromissadas	3.607.702	5.634.301
Outros (i)	645.845	1.140.038
<b>Total</b>	<b>13.098.916</b>	<b>22.413.603</b>

(i) Saldo referente a despesas de títulos emitidos no exterior, depósitos interfinanceiros e outros.

**23. Receita com prestação de serviços:**

	2º Sem. 2025	2025
Tarifas de intercâmbio (operações com cartão)	491.032	916.285
Tarifas bancárias	143.014	211.948
Outros	40.952	41.898
<b>Total</b>	<b>674.998</b>	<b>1.170.131</b>

**24. Outras receitas:**

	2º Sem. 2025	2025
Receitas com depósitos voluntários	275.416	422.638
Receitas com depósitos compulsórios	614.511	1.060.776
Outros	45.233	72.058
<b>Total</b>	<b>935.160</b>	<b>1.555.472</b>

**25. Custos operacionais:**

	2º Sem. 2025	2025
<b>Custo de comissões</b>	<b>183.969</b>	<b>392.112</b>
<b>Perdas Operacionais(reversão)</b>	<b>30.504</b>	<b>48.080</b>
<b>Outros Custos</b>	<b>529.674</b>	<b>963.846</b>
Despesas de serviços do sistema financeiro	9.945	18.096
Despesa de cashback e programa de pontos do cartão	312.615	571.245
Assessoria técnica	137.652	258.670
Outros	69.462	115.835
<b>Total</b>	<b>744.147</b>	<b>1.404.038</b>

**26. Despesas administrativas:**

	2º Sem. 2025	2025
Participações no lucro	93.194	117.056
Proventos	66.936	123.556
Benefícios	6.782	12.964
Encargos sociais	9.930	24.538
Outras	319	360
<b>Despesas de amortização</b>	<b>100.488</b>	<b>198.166</b>
<b>Despesas de depreciação</b>	<b>19.101</b>	<b>35.072</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>72.689</b>	<b>122.975</b>
Despesas de processamento de dados	16.796	32.621
Despesas de serviços de terceiros	17.822	36.468
Despesas de serviços técnicos especializados	11.007	17.554
Despesas judiciais e legais	19.720	23.811
Outros	7.342	12.521
<b>Total</b>	<b>369.437</b>	<b>634.687</b>

**27. Outras receitas/(despesas) operacionais:**

	2º Sem. 2025	2025
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>54.351</b>	<b>82.783</b>
Receitas com incentivos	3.000	4.479
Outras	51.351	78.304
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(21.750)</b>	<b>(34.456)</b>
Tarifas diversas e outras	(21.750)	(34.456)
<b>Total</b>	<b>32.601</b>	<b>48.327</b>

**28. Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações do Banco XP com acionistas controladores diretos ou indiretos ("Controladoras"), entidades do Grupo XP e dos respectivos acionistas da XP Inc. ("Relacionadas") e profissionais-chave da Administração. No curso normal de seus negócios, as empresas do Grupo XP realizam operações comerciais e financeiras com o Banco XP em condições normais de mercado. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria e consultoria financeira em geral; (iii) administração de recursos e prestação de serviços na

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

área de gestão de carteiras; (iv) prestação de serviços na área de tecnologia da informação e processamento de dados; e (v) prestação de serviços na área de seguros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, o Banco XP efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Ativo	12/2025
Disponibilidades	49.026
Aplicações em operações compromissadas	62.308.518
Instrumentos financeiros derivativos	10.713.585
Instrumentos financeiros derivativos	2.241.680
Outros ativos	29.665
<b>Passivo</b>	
Instrumentos financeiros derivativos	6.485.110
Instrumentos financeiros derivativos	507.500
Obrigações por operações compromissadas	73.112.747
Depósitos	724.491.753
Instrumentos de financiamento	8.508
Outros passivos financeiros	255.948
Outros passivos financeiros	3.085
Outros passivos	(749.274)
Outros passivos	12.481
Outros passivos	1.913
<b>Resultado</b>	<b>12/2025</b>
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	391.945
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	33.455
Operações de captação no mercado	579.525
Operações de captação no mercado	253.457
Operações de captação no mercado	1.292.473
Despesas administrativas	35.314
Despesas administrativas	(3.915)
Custo operacional	(161.698)
<b>Honorários da diretoria</b>	<b>12/2025</b>
Honorários da diretoria	3.079

**29. Determinação do valor justo:** O Banco XP avalia instrumentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representados da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo. • **Ativos financeiros (exceto derivativos)** - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação. • **Swap** - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores e vendedor em outro. • **Termo** - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas na B3. • **Futuros** - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos. • **Opções** - os contratos de opções dão ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado. • **Outros ativos e passivos financeiros** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • **Operações de crédito** - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros	12/2025		Valor Justo	Valor Atoral
	Nível 1	Nível 2		
<b>Ativos financeiros</b>	<b>62.777.881</b>	<b>150.845.420</b>	<b>- 213.623.301</b>	<b>197.466.623</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>58.726.804</b>	<b>42.827.853</b>	<b>- 101.554.657</b>	<b>85.259.485</b>
Títulos e valores mobiliários	58.726.804	9.751.555	- 68.478.359	68.478.359
Instrumentos financeiros derivativos	-	33.076.298	- 33.076.298	16.781.125
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>4.051.077</b>	<b>-</b>	<b>- 4.051.077</b>	<b>4.051.077</b>
Títulos e valores mobiliários	4.051.077	-	- 4.051.077	4.051.077
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>	<b>- 108.017.567</b>	<b>- 108.017.567</b>	<b>- 108.017.567</b>	<b>108.156.061</b>
Títulos e valores mobiliários	- 4.523.117	- 4.523.117	- 4.523.117	4.523.117
Aplicações interfinanceiras de liquidez	- 56.956.461	- 56.956.461	- 56.956.461	56.775.520
Negociação e intermediação de valores	- 24.294	- 24.294	- 24.294	24.294
Rendas a receber	- 97.183	- 97.183	- 97.183	97.183
Operações de crédito	- 30.399.573	- 30.399.573	- 30.399.573	30.719.009
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	- 15.871.051	- 15.871.051	- 15.871.051	15.871.051
Outros ativos financeiros	- 145.888	- 145.888	- 145.888	145.888
<b>Passivos financeiros</b>	<b>278.337</b>	<b>225.519.742</b>	<b>- 225.798.079</b>	<b>225.735.948</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>278.337</b>	<b>38.325.721</b>	<b>- 38.604.058</b>	<b>38.604.058</b>
Títulos e valores mobiliários	278.337	-	- 278.337	278.337
Instrumentos financeiros derivativos	- 38.325.721	- 38.325.721	- 38.325.721	38.325.721
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>	<b>- 187.194.021</b>	<b>- 187.194.021</b>	<b>- 187.194.021</b>	<b>187.131.890</b>
Depósitos	- 77.941.610	- 77.941.610	- 77.941.610	78.604.448
Obrigações por operações compromissadas	- 50.301.033	- 50.301.033	- 50.301.033	50.308.984
Instrumentos de financiamento	- 48.350.046	- 48.350.046	- 48.350.046	47.617.127
Negociação e intermediação de valores	- 3.914	- 3.914	- 3.914	3.914
Fornecedores	- 145.285	- 145.285	- 145.285	145.285
Outros passivos financeiros	- 10.452.133	- 10.452.133	- 10.452.133	10.452.133

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

<b>José de Menezes Berenguer Neto</b> CEO e Diretor	<b>Victor Andreu Mansur Farinassi</b> Diretor	<b>Fabício Cunha de Almeida</b> Diretor	<b>Leonardo Antonio Cardoso</b> Diretor	<b>Thiago Simões Maffra</b> Diretor
<b>Rodrigo Santana Passos Góes</b> Controller			<b>Rogério Bessa Junior</b> Contador - CRC 1SP298461/O-6	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas Banco XP S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco XP S.A. ("Banco XP") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Adoção inicial Resolu-**

**ção CMN nº 4.966/21 - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - (Notas 22(a), 8 e 9):** Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966 ("Resolução"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Resolução foi adotada de forma prospectiva pelo Banco, na data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025. A Resolução estabelece critérios relativos à provisão para perdas associadas ao risco de crédito, aplicáveis a determinados ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A adoção dessa nova norma contábil trouxe mudanças relevantes para o Banco, sendo a principal, a alteração no critério de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O saldo de operações de crédito do Banco é composto, principalmente, por empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes do Banco de demais empresas do Conglomerado XP. Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como pelos aspectos subjetivos associados ao risco de crédito, esse assunto é uma área de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, atualização do entendimento e testes sobre os controles internos relevantes para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos também testes sobre transações relacionadas a: (i) aderência das principais premissas adotadas pela administração com as normas do regulador; (ii) integridade das bases de dados utilizadas; (iii) análise da aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes e análise da marcação de estágios; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela administração para o reconhecimento e mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência dos requisitos da referida norma. Também analisamos a coerência das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Porque é um PAA: Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez - (Notas 3(c), 5, 6 e 29):** A mensuração do valor justo dos instrumentos finan-

As transferências de entrada e saída dos níveis da hierarquia do valor justo são analisadas ao final de cada demonstração financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências entre Nível 2 e Nível 3.

**30. Limites operacionais (Acordo de Basileia):** O Banco XP adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial XP, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial XP é de 12,60%.

	2025
<b>Capital regulamentar</b>	
Nível I - Capital Principal	7.818.568
Nível I - Principal + Complementar	10.552.551
Nível II	2.054.678
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>12.607.229</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	
<b>RWA</b>	<b>100.054.753</b>
<b>Índice de Basileia (PR/RWA)</b>	<b>12,60%</b>

**31. Gerenciamento de risco:** A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. A estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo de Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crises. **(a) Risco de mercado:** A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desequilíbrio e o de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível na sede da instituição. Os controles para a mensuração da exposição do risco de mercado utilizados são conceituados e amplamente utilizados no mercado, estes são: • **Value At Risk (VAR):** é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia; e • **Stress test:** é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade. É um mecanismo que demanda a discussão de cenários futuros e entendimento da vulnerabilidade das carteiras sob circunstâncias improváveis, que auxilia na análise dos limites internos de exposição ao risco. **(b) Análise de sensibilidade:** De acordo com as informações de mercado, o Banco XP realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com um impacto nos lucros ou prejuízos, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco a entidade em cenários excepcionais. As análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas estas perdas, são rapidamente desencadeadas medidas de mitigação do risco, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Carteira de Negociação Fatores de Risco	Exposições Risco de Variação em:	12/2025		
		I	II	III
Pré-fixado	Taxa de juros prefixadas em reais	(56)	(6.742)	(31.794)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(62)	(8.186)	(15.826)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(493)	(12.080)	(23.994)
	Taxas de cupons			
	Índices de Preços	(193)	(26.235)	(47.790)
	Ações	(44)	(1.11	



**BANCO XP S.A.**  
CNPJ 33.264.668/0001-03



→★ continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

automatizados ou dependentes de tecnologia relacionados às aplicações nos processos de negócios relevantes do Banco. Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria das demonstrações financeiras, foi necessário executar testes documentais adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos utilizando base de dados analíticas, de forma a permitir um espectro maior de teste e evidência. Também, em complemento aos procedimentos já mencionados, realizamos, em base amostral, a revisão dos lançamentos contábeis para verificar se as transações processadas foram devidamente autorizadas. Os resultados desses procedimentos nos permitiram concluir que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Marcos Paulo Putini**  
Contador - CRC 1SP212529/O-8



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>